



RDL

REDE BRASILEIRA
DIREITO E LITERATURA

WERTHER E O (SUPOSTO) PODER DA LITERATURA¹

FÁBIO PERIN SHECAIRA²

RESUMO: Os amigos da literatura costumam dizer que ela é capaz de tornar as pessoas mais compreensivas e benevolentes. Os inimigos da literatura, por outro lado, costumam dizer que ela é capaz de corromper os leitores. Cada um do seu modo, os dois grupos exageram o poder da literatura. O exagero tem consequências importantes para a discussão sobre o papel da literatura no currículo das faculdades de direito e para o debate sobre os limites da liberdade de expressão literária. Este artigo discute uma das obras literárias mais frequentemente usadas para exemplificar os efeitos nocivos da literatura: *Os sofrimentos do jovem Werther*, de Goethe. Diz um lugar-comum entre estudiosos da literatura que a publicação da obra teria provocado uma onda de suicídios na Europa do século XVIII. Este artigo questiona o lugar-comum sobre o livro de Goethe, ressaltando a fragilidade dos seus fundamentos e a gravidade das suas implicações.

PALAVRAS-CHAVE: o poder da literatura; censura; Goethe; efeito Werther.

“Os amantes de livros não são normalmente grandes admiradores de estatísticas.”
(Barbagli, 2015, p. 161, tradução minha)

1 INTRODUÇÃO

É comum que se diga que a literatura é capaz de moldar profundamente o nosso pensamento e comportamento. Essa é uma ideia sustentada por pessoas das mais diversas tendências políticas e intelectuais. Por um lado, ela é enfatizada por humanistas, que defendem

¹ Agradeço, a Marcelo de Araujo e a Daniel de Souza Lucas, os comentários feitos em relação a uma versão preliminar deste artigo.

² Doutor em Filosofia pela McMaster University (Canadá). Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bacharel em Direito pela UFRJ. Professor Adjunto de Teoria do Direito da UFRJ. Rio de Janeiro (RJ), Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4379-8708>. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9345542938572653>. E-mail: fabiooperin@direito.ufrj.br.

a valorização da literatura no currículo escolar e universitário (West, 1988; Rorty, 1989; Nussbaum, 1995). Por outro lado, a ideia tem servido historicamente para fundamentar a censura e outros tipos de ataque à liberdade literária³. Nisso não há qualquer paradoxo. Não é surpreendente que amigos e inimigos da literatura compartilhem a mesma ideia fundamental – isto é, a ideia de que a literatura é profundamente influente. A divergência que existe entre os dois grupos diz respeito apenas ao tipo de influência que lhes parece mais comum ou mais importante: enquanto os amigos da literatura celebram seus efeitos positivos, os inimigos da literatura temem seus efeitos negativos.

É preciso resistir à tentação de dizer que os inimigos da liberdade literária são sempre pessoas retrógradas, que veem na arte uma força necessariamente subversiva e irreverente. Na verdade, a distinção feita aqui entre amigos e inimigos da literatura não corresponde exatamente à distinção política entre progressistas e conservadores. Os membros de cada categoria – amigos e inimigos – variam significativamente de acordo com as contingências históricas. Há obras que, em diferentes momentos, souberam provocar tanto a ira de conservadores quanto a de progressistas. Esse, por exemplo, é o caso do célebre romance de Mark Twain, *As aventuras de Huckleberry Finn* (1885). O romance sempre foi motivo de controvérsias (Marx, 2018, p. 130). Primeiro, foi considerado vulgar por muitos leitores suscetíveis do século XIX; hoje, é considerado politicamente incorreto e racialmente ofensivo por pessoas que se entendem como progressistas.

Também é possível que a mesma pessoa se mostre amiga de alguns tipos de literatura e inimiga de outros⁴. Esse seria o caso de um leitor conservador que celebrasse Charles Dickens como um romancista edificante e rejeitasse Nelson Rodrigues como um polemista pornográfico. Seria também o caso de um leitor progressista que aplaudisse a mensagem

³ A longa história do “ódio à literatura” é contada de forma eloquente por William Marx (2018).

⁴ Isso é possível, mas talvez não seja uma postura intelectualmente coerente. Defensores da liberdade de expressão devem defendê-la igualmente para todo tipo de obra? Essa questão não será respondida aqui. No máximo, este artigo mostra que os participantes no debate sobre os limites da liberdade de expressão literária devem se manter atentos aos exageros frequentes sobre o poder da literatura. Para debater a liberdade literária é preciso entender o real impacto da literatura.

revolucionária de Zola e se insurgisse contra o preconceito racial de Monteiro Lobato.

Em outros trabalhos (Shecaira, 2018; Shecaira, 2019), tenho tentado mostrar que tanto os amigos quanto os inimigos da literatura tendem a exagerar o poder dessa forma de arte. Não é que a literatura seja inócua ou irrelevante – pelo contrário, estou entre aqueles que defendem a valorização da literatura na educação jurídica –, mas seus efeitos são muito menos claros, imediatos e contundentes do que se costuma pensar. É difícil tocar nesse tema sem que alguém logo levante a seguinte objeção: “Como é possível dizer que a literatura não é poderosa? Você não conhece o caso Werther?” Essa é uma alusão a *Os sofrimentos do jovem Werther* (1774), o famoso romance de Johann Wolfgang Goethe⁵. Nesse clássico da literatura alemã, Werther, o protagonista, comete suicídio em virtude de uma desilusão amorosa⁶. Diz-se que o romance causou tamanha agitação na Europa que sua publicação foi seguida de uma onda de suicídios cometidos por jovens que imitavam o personagem até mesmo na sua forma de se vestir. Eis a cena crucial:

Quando o médico chegou até onde estava [Werther], achou-o prostrado ao chão, sem salvação. [...] Pelo sangue no espaldar da poltrona podia-se deduzir que efetivou o ato sentado à escrivaninha, deslizando ao chão em seguida e rolando convulsivamente em volta da cadeira. Estava estendido perto da janela, imóvel e de costas, todo vestido e calçado, de casaca azul e colete amarelo (Goethe, 2018, p. 173).

Haveria prova mais clara do poder da literatura? Uma única obra teria sido capaz de levar dezenas – talvez centenas – de jovens ao mais drástico ato de autodestruição⁷. Neste artigo, pretendo questionar o lugar-comum sobre o impacto de *Werther*. É duvidosa a afirmação de que o livro provocou uma onda de suicídios. O lugar-comum merece ser

⁵ Daqui em diante o livro será referido simplesmente como *Werther*; sempre que o termo aparecer não aparecer em itálico fará referência específica ao personagem Werther, não ao livro.

⁶ Essa é uma simplificação; há outros motivos por trás do suicídio do personagem. Mesmo antes da desilusão amorosa, as cartas de Werther dão sinais de um “profundo desengaço” entre ele e a vida ao seu redor (Swales, 1983, p. 30).

⁷ O número preciso de mortes não costuma ser indicado. Às vezes se diz que o livro de Goethe provocou uma “epidemia” de suicídios, o que sugere um número enorme de mortes; mas, como explicam Jan Thorson e Per-Arne Öberg (2003, p. 71), o termo “epidemia” muitas vezes é usado de forma frouxa.

questionado por dois motivos. Primeiro, porque é recorrente e influente no debate sobre o poder da literatura. Segundo, porque talvez a única forma de ajudar a rever a crença exagerada no poder da literatura seja enfrentar – um de cada vez – os mitos e distorções que giram em torno de obras clássicas.

Cabe aqui uma breve nota sobre a estrutura do artigo. A seção 2, que vem a seguir, mostra o que tem sido dito por autores importantes sobre a (suposta) influência moral e política da literatura – sobretudo o que tem sido dito por amigos da literatura. É possível que esses autores não percebam que a premissa do seu argumento é idêntica à premissa do argumento usado pelos inimigos da literatura: isto é, livros são capazes de nos transformar profundamente (para o bem ou para o mal). A seção 3 oferece uma ressalva preliminar em relação a essa premissa: os efeitos frequentemente associados aos clássicos da literatura costumam resultar, na verdade, de outros fatores sociais que se sobrepõem à influência dos livros. A seção 4 se concentra no caso específico de *Werther*. Ela discute a origem do lugar-comum sobre a onda de suicídios que teria ocorrido depois da publicação do livro, aponta a fragilidade das evidências que sustentam o lugar-comum e se envolve em uma discussão mais ampla sobre a relação entre literatura e suicídio. A seção 5 conclui com uma síntese do artigo e uma breve consideração da sua importância para os estudiosos de “direito e literatura”.

2 INFLUÊNCIA MORAL E POLÍTICA DA LITERATURA

Robin West, em um artigo sobre a importância da literatura para a educação jurídica, expressa clara e enfaticamente o tipo de ideia que este artigo pretende colocar em dúvida: “A literatura nos ajuda a entender os outros. A literatura nos ajuda a ter simpatia pela sua dor, a compartilhar seu sofrimento e a celebrar sua alegria. Ela nos torna pessoas mais éticas. Ela nos torna pessoas melhores” (West, 1988, p. 877-878; tradução minha) West não está sozinha; ela é acompanhada por autores como Martha Nussbaum e Richard Rorty, famosos por defender a importância da literatura como antídoto contra a falta de empatia e contra a crueldade humana. Segundo esses autores, ler sobre a vida de outras pessoas (ainda que essas pessoas sejam personagens ficcionais) é um exercício capaz de

nos tornar mais sensíveis em relação ao seu sofrimento humano e mais dispostos a tratar os outros com o respeito e dignidade que merecem.

Lynn Hunt, para dar mais um exemplo, não só aposta no poder reformador da literatura como argumenta que esse poder já se manifestou em um dos acontecimentos mais importantes da história do pensamento político ocidental. Segundo Hunt, o advento do romance epistolar no século XVIII (um tipo de romance composto por cartas trocadas entre os personagens) teria contribuído para o surgimento do conceito de *direitos humanos*. Romances como *Júlia ou a nova Heloísa* (1761), de Rousseau, comoveram gerações de leitores e teriam estimulado a expansão dos estreitos limites da sua empatia, para além da comunidade imediata e em direção a outros povos e culturas.

Por um lado, é difícil não se entusiasmar com a ideia de que a literatura tem tamanho potencial para transformar as relações humanas e instituições sociais. Por outro lado, é preciso manter em mente o risco político que se assume ao defender essa ideia. Nem toda obra literária carregará uma mensagem positiva ou edificante. Nem toda obra atacará estereótipos e estimulará a empatia. Na verdade, na literatura mundial não faltam exemplos de obras que fazem o contrário. Como diz Richard Posner (2009, p. 462), os clássicos da literatura estão “repletos de atrocidades morais [...] representadas com aceitação acrítica e muitas vezes com gosto”. Na longa lista dessas atrocidades incluem-se: escravidão, misoginia, racismo, homofobia, fascismo, obscurantismo religioso, tortura, sadismo etc. Se afirmarmos que boas obras de ficção geram leitores bons, como poderemos negar que más obras de ficção poderiam ter o efeito contrário? Como diz Joshua Landy (2008, p. 79; tradução minha),

qualquer pessoa que possa ser convertida a um ponto de vista pela ficção pode ser convertida no sentido contrário pela própria ficção. Se *Gandhi* [o filme] basta para me transformar em pacifista na quinta-feira, então *Malcolm X*, que eu vejo na noite seguinte, é capaz de me fazer crer na necessidade da violência.

Essa conclusão tem consequências problemáticas. A admissão do potencial nocivo da literatura serve para armar retoricamente aqueles indivíduos que estão sempre prontos para praticar a censura literária. Quantos gênios literários não foram perseguidos em seu tempo sob a

acusação de que suas ideias eram indecentes, obscenas, subversivas? Pense em Gustave Flaubert, James Joyce, D.H. Lawrence, Jorge Amado, Plínio Marcos, Vladimir Nabokov etc.⁸

Os dois seguintes argumentos podem ajudar a esclarecer o problema que tenho em mente:

Argumento 1

1. Há obras literárias influentes, isto é, obras capazes de afetar profundamente o pensamento e comportamento dos leitores.
2. Entre as obras literárias influentes, há tanto obras com mensagem negativa quanto obras com mensagem positiva.

Logo,

3. Há obras literárias capazes de afetar profundamente o pensamento e comportamento dos leitores tanto positiva quanto negativamente.

Humanistas como West, Nussbaum e Rorty defendem explicitamente a premissa 1. A premissa 2, por sua vez, é uma obviedade (visto que nem toda obra literária tem uma mensagem benevolente, inclusiva ou igualitária). Aceitas a premissas 1 e 2, os humanistas teriam de aceitar também a conclusão 3. O problema é que a conclusão 3 costuma ser aproveitada como premissa em um segundo argumento politicamente preocupante:

Argumento 2

1. Há obras literárias capazes de afetar profundamente o pensamento e comportamento dos leitores tanto positiva quanto negativamente (= conclusão do argumento 1).
2. O Estado deve estimular produtos culturais capazes de afetar os indivíduos positivamente e deve desestimular produtos culturais capazes de afetá-los negativamente (o que inclui a possível censura de produtos culturais que carreguem mensagem negativa).

Logo,

⁸ Alguns desses casos são explorados em detalhe por Elisabeth Ladenson (2007).

3. O Estado deve estimular a produção de obras literárias com mensagem positiva e desestimular obras com mensagem negativa (o que inclui a possível censura de livros com mensagem negativa).

O argumento 2 é preocupante por motivos óbvios. Dar ao Estado o poder para regular o que deve ser escrito com base em considerações morais é correr o risco de permitir que o mercado literário seja controlado por autoridades retrógradas e artisticamente ignorantes⁹. Imagine, por exemplo, que *Madame Bovary*, talvez o principal romance realista da história, tivesse sido banido por causa da denúncia de um promotor retrógrado?¹⁰

Há, naturalmente, pelo menos duas maneiras de atacar o argumento 2. Pode-se atacar a premissa 2 (o que muitos defensores da liberdade de expressão já fizeram e continuam fazendo) e pode-se também atacar a premissa 1, aquela que os próprios humanistas, amigos autoproclamados da literatura, inadvertidamente têm ajudado a consolidar. Este artigo, como foi dito na introdução, tem como objetivo lançar dúvidas sobre a premissa 1.

3 RESSALVA PRELIMINAR

A princípio, é bastante vaga a ideia de que a literatura é moral e politicamente influente. A ideia começa a ganhar contornos mais precisos quando se considera a série de eventos momentosos que já foram associados à publicação de obras clássicas (Hanne 1994). Seguem alguns exemplos. *A cabana de Pai Tomás* (1852), romance de Harriet Beecher Stowe, teria ajudado a provocar a Guerra Civil Americana e a abolição da escravidão naquele país. *Memórias de um caçador* (1852), de Ivan Turguêniev, reúne contos sobre a vida no campo que teriam ajudado a convencer o Tzar Alexandre II a abolir o sistema de servidão em 1861. *Um dia da vida de Ivan Denissovitch* (1962), de Alexandr Soljenitsin, relato

⁹ Há amplo consenso sobre o fato de que o Estado tem legitimidade para exercer *alguma* ingerência sobre o mercado literário (por exemplo, na definição dos livros que compõem o currículo escolar na rede pública e na escolha de obras que devem ser premiadas com recursos públicos). O que está longe de ser objeto de consenso, no entanto, é o poder estatal para impedir a circulação de obras consideradas imorais.

¹⁰ A tentativa de fazer com que o romance fosse banido, por parte do promotor Ernest Pinard, pode ser analisada no apêndice a uma das edições brasileiras de *Madame Bovary* (Flaubert, 2009).

detalhado das condições de vida em um campo de trabalho, teria contribuído para a difamação do stalinismo e para a derrocada do sistema soviético.

Michael Hanne mostra que associações como essas costumam ser simplistas e duvidosas. Todas as obras mencionadas acima surgiram em contextos políticos complexos e estão relacionadas a eventos revolucionários que exigem explicações igualmente complexas. Há causas sociais, econômicas e políticas diversas por trás da Guerra Civil Americana e da abolição da servidão na Rússia, por exemplo, causas que não devem assumir segundo plano em relação à publicação de um único romance ou livro de contos. A explicação adequada de eventos políticos momentosos costuma ser multifatorial. E mesmo admitindo que os livros tenham sido apenas *um fator* entre outros, é difícil estimar sua exata contribuição para os eventos que teriam ajudado a provocar.

É importante notar que livros influentes frequentemente geram consequências muito diferentes daquelas que eram pretendidas pelos seus autores. Isso se dá em virtude de manipulação política ou de reações imprevistas por parte de pessoas que nunca leram as obras ou foram expostas a relatos distorcidos sobre seu conteúdo. O livro de Soljenitsin, por exemplo, correu o risco de não ser liberado pela censura russa até que Nikita Krushchev o promovesse pessoalmente no contexto de sua campanha política contra o stalinismo. Não está claro que o alvo de Soljenitsin fosse apenas o stalinismo, em vez do socialismo soviético ou o totalitarismo de modo geral. É razoável dizer que o livro de Soljenitsin ajudou a difamar o stalinismo, ou é mais preciso dizer que Krushchev *usou* o livro para esse fim? Quem, afinal, merece o “crédito”?

Da mesma forma, é possível perguntar se *A cabana de Pai Tomás* ajudou a provocar uma guerra civil, ou se é mais preciso dizer que o livro foi distorcido e explorado por americanos do sul que nunca o leram e só o conheciam através dos relatos difamatórios de terceiros. Afinal, muitos americanos tiveram contato com a história de Stowe apenas por meio de representações teatrais grotescas que apagavam “toda a seriedade moral e sutil ambivalência” da obra (Hanne 1994, p. 108; tradução minha).

4 O CASO WERTHER

4.1 O que se sabe sobre o impacto do livro

A afirmação de que *Werther* provocou uma onda de suicídios na Europa é vulnerável ao mesmo tipo de ressalva feita por Hanne em relação a outros livros supostamente influentes. Na melhor das hipóteses, é plausível dizer que o livro de Goethe foi *um fator* entre outros para a ocorrência das mortes ou – sendo ainda mais cauteloso – que o livro pode ter servido para *antecipar* suicídios que provavelmente teriam ocorrido em algum outro momento em virtude de outros fatores pessoais e sociais.

Como explica Marzio Barbagli (2015), a frequência dos suicídios na Europa aumentou significativamente a partir do final do século XVII e seguiu crescendo durante os séculos XVIII e XIX. As razões postuladas para explicar essa transformação são diversas: industrialização, urbanização, crise de coesão social, transformação das atitudes religiosas e relaxamento das regras jurídicas relativas ao suicídio. Antes de Goethe, iluministas como Montesquieu, Voltaire e Hume questionaram o tabu cristão em torno do suicídio. *Werther* é uma obra que apareceu dentro desse contexto social e clima intelectual; clima e contexto não foram criados pela própria obra (Minois 2018, p. 334).

Para Barbagli (2015, p. 7; tradução minha), “Talvez mais que qualquer outra ação humana, o suicídio depende de um vasto número de causas psicossociais, culturais, políticas e até biológicas”. Em diferentes tempos e grupos sociais, o suicídio é cometido de diferentes formas (como ato privado ou público), por pessoas com diferentes intenções (egoístas ou altruístas), é revestido de diferentes significados e é seguido de diferentes ritos (seja para homenagear ou vilificar o morto). Aos elementos socioculturais que moldam a frequência e forma das mortes voluntárias, somam-se elementos psicológicos e psiquiátricos. Segundo Barbagli (2015, p. 10), cerca de 90% das pessoas que cometem suicídio sofrem de algum tipo de doença mental: v.g. esquizofrenia, depressão e transtorno bipolar¹¹.

¹¹ Isso não é o mesmo que dizer que a maioria das pessoas que têm essas doenças cometerá suicídio; mas o risco é maior entre elas do que para o restante da população.

A primeira forma de problematizar o lugar-comum sobre *Werther*, portanto, seria enfatizar a natureza multifatorial da explicação do suicídio. A publicação de um livro dificilmente seria a única ou a mais importante causa de um número tão expressivo de mortes. Por outro lado, talvez seja injusto interpretar o lugar-comum dessa forma. Aqueles que o endossam (alguns dos quais serão nomeados a seguir) provavelmente concordariam com a afirmação de que *Werther* foi apenas um fator entre outros por trás dos suicídios. Por essa razão, é importante notar que o lugar-comum sobre *Werther* está sujeito a uma objeção ainda mais forte do que aquela que foi formulada até aqui. Dizer que o livro não é a única explicação para os suicídios é presumir que as mortes efetivamente ocorreram; é admitir, independentemente da discussão sobre causalidade, que houve de fato uma onda de suicídios depois da publicação do livro. Mas essa presunção é duvidosa. É provável que a onda de suicídios nunca tenha ocorrido. O lugar-comum sobre o impacto de *Werther* talvez não passe de um boato.

Os biógrafos de Goethe dão pouco crédito ao lugar-comum. Nicholas Boyle (1992, p. 175) afirma que é impossível provar que *Werther* causou suicídios. Rüdiger Safranski (2017) vai mais longe e diz que o lugar-comum não passa de um rumor. É verdade que outros autores (que não são exatamente especialistas em Goethe) dizem o contrário. Patricia Ortiz e Eindra Khin, por exemplo, afirmam que, “depois da publicação do livro, diversos suicídios ocorreram na Europa com evidências significativas de que pelo menos alguns foram influenciados pelo romance: vítimas foram encontradas com roupas semelhantes [às de *Werther*], usaram o método descrito no livro ou o livro foi encontrado na cena da morte (Jack, 2014)” (Ortiz; Khin, 2018, p. 246; tradução minha). Ortiz e Khin não oferecem evidências para sustentar sua alegação, mas referem-se a “Jack, 2014” – o que dá a entender que as evidências estariam relatadas ali. Uma consulta ao artigo de Belinda Jack, no entanto, decepcionará o leitor. Diz a autora:

A ideia de que houve significativa imitação do suicídio de *Werther* nunca foi conclusivamente demonstrada, mas sabemos que várias autoridades ficaram preocupadas a ponto de banir o livro, por exemplo, na Itália, Copenhague e Leipzig (onde a fantasia de *Werther* também foi banida) (Jack, 2014, p. 19; tradução minha).

Jack, como se vê, não oferece evidências da ocorrência de suicídios em massa depois da publicação do livro de Goethe. A reação enérgica das autoridades é um indício fraco, dado o que sabemos sobre a história de zelo moralista e alarmismo entre censores de livros. Como diz John Sutherland (2017, p. 185): “As autoridades, em todos os lugares e em todos os períodos da história, sempre se mostram nervosas em relação aos livros, encarando-os como naturalmente subversivos e potenciais perigos para o estado”. *Werther* também parece ter sido vítima de temor injustificado porque, independentemente de qualquer prova de seus efeitos sinistros, as autoridades tomaram como razão suficiente para banir o livro o fato de que oferecia, nas palavras de outro biógrafo de Goethe, uma “justificação sofisticada” da morte voluntária (Brown, 1971, p. 144). A mera apologia do suicídio foi considerada suficiente para a censura.

Há outros autores, além de Ortiz e Khin, que reafirmam o lugar-comum (v.g. Bates, 2018; Pirkis *et al.*, 2006). Mas eles também não oferecem evidências, nem enfrentam o ceticismo dos biógrafos. Este é um curioso estado de coisas. Como se explica a persistência do lugar-comum diante da falta de evidências? Por que há tantos autores que insistem em repeti-lo sem fundamento aparente? Para que se possa refutar o lugar-comum, é preciso enfrentar o ônus de explicar como ele tem sido capaz de sobreviver. É o que tentarei fazer na próxima seção.

4.2 “Efeito Werther”: fato e ficção

É provável que a persistência do lugar-comum sobre *Werther* deva muito à obra de David Phillips, o sociólogo que cunhou a expressão “efeito Werther”. Primeiro, é importante perceber o que Phillips tinha em mente ao usar a expressão. Em seguida, discutiremos como e por que Phillips tem sido mal interpretado. Considere alguns trechos centrais do mais influente artigo de Phillips sobre o assunto: “A ampla imitação do suicídio de Werther nunca foi conclusivamente demonstrada, mas autoridades ficaram apreensivas a ponto de banir o livro em diversas áreas [...]” (Phillips, 1974, p. 340; tradução minha) Como se vê, Phillips não adere ao lugar-comum, embora reconheça a sua influência. Logo depois, ele define o efeito Werther da seguinte forma: “Neste artigo, usarei estatísticas americanas e britânicas para mostrar que o número de suicídios aumenta depois que um relato [não-ficcional] de suicídio é publicado nos jornais.

Parece apropriado chamar esse aumento de ‘efeito Werther’, em alusão ao herói de Goethe” (Phillips, 1974, p. 341; tradução minha).

Note que o dito “efeito Werther” não consiste na afirmação de que o livro de Goethe provocou uma onda de suicídios. Isso nunca foi demonstrado, como Phillips reconhece. A intenção de Phillips era mostrar que há uma relação entre a publicação de notícias de jornal sobre suicídios não-ficcionais e o aumento do número de suicídios – o que indicaria que alguns leitores de jornal são estimulados a cometer suicídios depois de ler as reportagens. Se Phillips batiza sua hipótese sociológica com o nome de Werther, ele o faz provavelmente por motivos retóricos: o rótulo contribuiria para a divulgação e memorização da hipótese ao investi-la de certo charme literário.

Phillips não parecia perceber o risco de ser mal compreendido pelos seus leitores. Infelizmente, o risco se realizou. O erro mais grave que a alusão literária de Phillips provocou foi o de se pensar que o “efeito Werther” consiste justamente na tese de que o suicídio de Werther foi imitado por muitos jovens na Europa do século XVIII. Phillips em nenhum momento diz isso, mas leitores pouco cautelosos já tiveram essa impressão (v.g. Cordeiro, 2017, p. 1544). O segundo erro, menos crasso que o primeiro, consiste em pensar que as evidências de que suicídios não-ficcionais são imitados por alguns leitores de jornal apoiariam retroativamente a hipótese de que o suicídio de Werther também foi imitado por alguns leitores do romance. Se notícias de suicídio estimulam imitações, então por que negar que um romance sobre suicídios poderia ter tido o mesmo efeito? Um romance vívido e envolvente sobre o assunto talvez seja ainda mais poderoso que uma fria notícia de jornal.

É preciso ficar claro, no entanto, que a confirmação do efeito Werther (no sentido preciso de Phillips) não estabelece automaticamente a veracidade do lugar-comum sobre o impacto do livro de Goethe no século XVIII. No máximo, a confirmação do efeito Werther mostra que a imitação de suicídios ficcionais é uma possibilidade que merece ser estudada. Se notícias de suicídio geram imitações, talvez histórias ficcionais sobre suicídio façam o mesmo.

De fato, obras de ficção sobre suicídio têm gerado intenso debate midiático e acadêmico, especialmente quando se trata de obras

consumidas por jovens e adolescentes. É o que aconteceu, por exemplo, com a recente e polêmica *Thirteen reasons why*, série de televisão produzida pelo Netflix sobre uma adolescente que comete suicídio (Bates, 2018; Campo; Bridge, 2018). Vítima de “bullying” e outros abusos por parte de seus colegas de escola, a adolescente grava antes de morrer uma série de fitas que explicam como as ações de seus colegas teriam contribuído para sua decisão. Assim como no livro de Goethe, o método do suicídio não é omitido; em uma cena especialmente polêmica, a adolescente corta os pulsos dentro da banheira. Há genuína preocupação de que o efeito Werther (tal como identificado por Phillips) tenha validade também para esse tipo de obra ficcional.

Desde que Phillips publicou seu artigo, formou-se significativo consenso entre sociólogos e pesquisadores na área de saúde mental de que notícias sobre suicídio são frequentemente responsáveis por aumentar o número de suicídios entre leitores e espectadores (sobretudo quando os relatos dizem respeito à morte de celebridades ou pessoas amplamente admiradas). É esse consenso que explica a disseminação de orientações formuladas por diferentes organizações nacionais e internacionais em relação à forma como suicídios devem ser noticiados (Pirkis *et al.*, 2006). É justamente para evitar possíveis “imitações” que jornais são orientados a evitar que o suicídio seja romantizado, a omitir informações sobre o método específico usado no ato e a oferecer orientações sobre serviços de assistência médica e psicológica disponíveis àqueles que se sintam atraídos pela ideia do suicídio.

Por outro lado, não há consenso comparável entre acadêmicos no que diz respeito à imitação de suicídios ficcionais. Como diz uma recente revisão da literatura sobre o assunto, são equívocas as evidências sobre o potencial da ficção para estimular suicídios (Ortiz; Khin, 2018, p. 246). Além disso, as poucas evidências que há não dizem respeito a suicídios narrados na literatura, mas em outras mídias, como cinema e televisão (Stack, 2009, p. 239). Em síntese, o efeito Werther (aquele tem sido corroborado por evidências sociológicas) diz respeito ao impacto de relatos factuais de suicídio. O impacto do suicídio ficcional continuará a ser objeto de debate e pesquisa.

4.3 Lições de *Werther*

É claro que duvidar da onda de suicídios provocada por *Werther* não é o mesmo que dizer que o livro não teve impacto social significativo. Pelo contrário, o livro foi muito popular e influente em seu tempo. Boyle (1992, p. 175; tradução minha) resume assim o impacto cultural do livro:

A obra, traduzida em inglês pela primeira vez em 1779 (houve pelo menos sete outras edições inglesas nos 20 anos seguintes), estava, em 1800, disponível na maioria das línguas europeias. [...] Quando, em 1808, [Goethe] teve uma série de entrevistas com Napoleão, a conversa girou em torno de *Werther*, que o Imperador disse ter lido 7 vezes. [...] Duas correntes rapidamente se formaram: aqueles que balbuciavam sua adoração [...] e aqueles que seguiram o exemplo do temível pastor Goeze de Hamburgo, que via [...] um livro calculado para encorajar os pecados mortais do adultério e suicídio e um claro sinal de que a cristandade contemporânea estava pronta para sofrer o destino de Sodoma e Gomorra. [...]

Werther, em síntese, virou uma moda. (As fábricas de porcelana chinesas recebiam encomendas de jogos decorados com cenas do livro.).

Além de reconhecer sua excepcional popularidade no século XVIII, também é possível admitir que a leitura do livro de Goethe – assim como a leitura de clássicos em geral – é capaz, ainda hoje, de ter efeitos positivos sobre os leitores. Embora seja um exagero politicamente arriscado afirmar que livros *humanizam* os leitores (como pensa Robin West, por exemplo), não é exagero afirmar que livros de alta qualidade literária podem contribuir para a sofisticação dos leitores – o que inclui a sua capacidade para compreender a seriedade e complexidade de problemas morais contemporâneos. Como eu tentei mostrar em outro trabalho sobre o assunto (Shecaira, 2018), os clássicos da literatura costumam ser livros com enredos e personagens complexos. Em vez de didáticos contrastes entre heróis e vilões, os clássicos apresentam personagens com toda a riqueza psicológica que se espera de pessoas reais. Pessoas reais não são simples; tampouco são simples os seus problemas e as suas relações com os outros.

Por sinal, é injusto dizer que o livro de Goethe consiste em uma apologia do suicídio justamente porque o livro não contém qualquer mensagem tão simples e direta quanto essa. Denunciar o livro como uma defesa do suicídio é ignorar sua sofisticação. O leitor atento dificilmente

terminará o livro de Goethe com a clara impressão de que Werther fez bem em se matar. Por outro lado, o livro também não diz claramente que Werther fez mal em se matar. Em vez disso, Goethe deixa o leitor dividido entre duas impressões conflitantes. Por um lado, Werther tem sérios defeitos: ele é egocêntrico, sentimental e suscetível. Por outro lado, tem genuínas virtudes: ele é sincero, íntegro e incapaz de se dobrar diante de convenções sociais frívolas. É justamente esse conjunto explosivo de características psicológicas que explica seu fim trágico. Werther não é claramente herói, nem claramente vilão. Da mesma forma, o suicídio não é glorificado no livro, embora também não seja refutado.

Na melhor das hipóteses, portanto, *Werther* convida o leitor a refinar suas opiniões sobre a sensibilidade humana e sobre nossas tendências autodestrutivas. Nesse sentido, o livro poderia levar o leitor a sofisticar-se. É importante insistir que um leitor sofisticado não é necessariamente um leitor mais humano ou benevolente. Ainda que haja alguma tendência para que essas duas características coexistam nas pessoas, elas são conceitualmente distintas e já se mostraram separáveis na vida real.

Uma maneira de ilustrar esse contraste é fazendo referência breve a outro debate que tem atraído a atenção dos estudiosos da filosofia moral, a saber, o debate sobre o comportamento de professores de ética. É possível dizer que professores de ética – isto é, especialistas na teoria do bom, do correto, do justo, do virtuoso – têm uma compreensão excepcionalmente sofisticada dos problemas morais que afligem a humanidade. Se sofisticação fosse garantia de bom comportamento, então professores de ética também deveriam ser excepcionalmente bem comportados. Mas, de acordo com estudos recentes envolvendo professores nos Estados Unidos e países de língua alemã, “especialistas em ética não se comportam moralmente melhor, nem mais de acordo com suas posições expressas, do que filósofos de outras áreas ou não-filósofos” (Schönneger; Wagner, 2019, p. 555; tradução minha). Especialistas em ética cometem erros morais com frequência e – o que talvez seja mais impressionante – mostram dificuldade para viver de acordo com seus próprios princípios e teorias. Não cabe aqui uma discussão das possíveis razões para o descompasso entre conhecimento ético e comportamento

moral entre filósofos. Basta, para os nossos propósitos, notar como os estudos confirmam a possibilidade do descompasso. O refinamento intelectual que a leitura nos proporciona não leva necessariamente à reforma do nosso comportamento moral.

5 CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo não é refutar a tese de que livros têm influência sobre a forma como pensamos e agimos. Se livros não tivessem alguma influência (e se essa influência nunca fosse salutar), eu não estaria entre aqueles que defendem a valorização do estudo de “direito e literatura” em faculdades de direito. Na verdade, o objetivo deste artigo é denunciar os exageros que giram em torno daquela tese. A mera leitura de um livro não torna altruístas pessoas egoístas, não torna sensíveis pessoas indiferentes e não leva ao suicídio pessoas razoavelmente contentes.

Para que fiquem claras as ambições relativamente limitadas deste artigo, destaco algumas de suas principais conclusões a seguir:

- 1 - Aqueles que afirmam que o livro de Goethe provocou suicídios não costumam oferecer evidências para corroborar essa afirmação.
- 2 - Alguns confundem a ideia de que o livro de Goethe provocou suicídios com outra ideia: o “efeito Werther” (uma tese cientificamente respeitada, mas rotulada de maneira enganosa).
- 3 - A sociologia contemporânea oferece poucas evidências de que relatos de suicídios ficcionais tendem a ser imitados, embora essa seja uma possibilidade digna de estudos futuros.

Embora tratem de um livro específico (1 e 2 falam exclusivamente sobre *Werther* e apenas 3 tem alcance mais amplo), essas conclusões devem contribuir para a realização de uma empreitada maior, um projeto de pesquisa cujo objetivo é problematizar distorções comuns sobre o poder da literatura. Esse é um tema importante para estudiosos das relações entre direito e literatura. Há pelos menos dois debates na área de “direito e literatura” que exigem opiniões cuidadosas e bem fundamentadas sobre o poder dos livros.

Um deles é o debate sobre o papel da literatura no currículo das faculdades de direito. Em muitas faculdades brasileiras, “Direito e Literatura” é apenas uma disciplina optativa, e textos de ficção cumprem

papel muito tímido na ementa da maioria das disciplinas obrigatórias. A ideia de que a literatura é capaz de humanizar o jurista serviria para fundamentar uma reforma profunda dos nossos currículos. Para alguns, a inclusão de ficção na bibliografia oficial dos cursos da faculdade de direito é urgente. Por outro lado, se em algum momento houver consenso de que a literatura é poderosa, é de se esperar que haja também um debate (que certamente dividirá a direita e a esquerda) sobre a sensível escolha do material que deve ser lido pelos (supostamente suscetíveis) estudantes de direito.

Como vimos na seção 2, outro debate importante é aquele que trata dos limites da liberdade de expressão literária. Aqui, os riscos de distorção são ainda mais graves. O poder da literatura é frequentemente exagerado tanto pelos seus amigos quanto pelos seus inimigos. Embora nem sempre reconheçam o que tem em comum, os dois grupos compartilham uma premissa que merece ser revista e problematizada.

REFERÊNCIAS

- BARBAGLI, Marzio. *Farewell to the world: a history of suicide*. Cambridge: Polity Press, 2015. 408p.
- BATES, Gordon David Lyle. Narrative matters: suicide – thirteen reasons why. *Child and Adolescent Mental Health*, v. 24, n. 2, p. 192-193, 2018. Doi: <https://doi.org/10.1111/camh.12307>.
- BROWN, P. Hume. *Life of Goethe*. New York: Haskell House, 1971. 817p.
- BOYLE, Nicholas. *Goethe: the poet and the age: vol. 1, the poetry of desire (1749-1790)*. Oxford: Oxford University Press, 1992. 807p.
- CAMPO, John; BRIDGE, Jeffrey. Exploring the impact of 13 reasons why: looking for light amidst the heat. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, v. 57, p. 547-549, 2018.
- CORDEIRO, Marcelo. O Blue Whale e o efeito Werther. Um estudo discursivo do suicídio juvenil. *Colóquio do Museu Pedagógico*, v. 12, p. 1543-1548, 2017.
- FLAUBERT, Gustave. *Madame Bovary*. Trad. de Fúlvia Moretto. São Paulo: Nova Alexandria, 2009. 360p.
- GOETHE, Johann Wolfgang. *Os sofrimentos do jovem Werther*. Trad. de Marcelo Backes. Porto Alegre: L&PM, 2018. 191p.

HANNE, Michael. *The Power of the Story: Fiction and Political Change*. Providence: Berghahn Books, 1994. 262p.

HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. Trad. de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 285p.

JACK, Belinda. Goethe's Werther and its effects. *The Lancet Psychiatry*, v. 1, p. 18-19, 2014.

LADENSON, Elisabeth. *Dirt for art's sake: books on trial from "Madame Bovary" to "Lolita"*. Ithaca: Cornell University Press, 2007. 272p.

LANDY, Joshua. A nation of Madame Bovarys: on the possibility and desirability of moral improvement through fiction. In: HAGBERG, Garry (org.). *Art and ethical criticism*. Malden: Blackwell Publishing, 2008. p. 63-94.

MARX, William. *The hatred of literature*. Cambridge: Harvard University Press, 2018. 240p.

MINOIS, George. *História do suicídio: a sociedade ocidental diante da morte voluntária*. Trad. de Fernando Santos. São Paulo: UNESP, 2018. 414p.

NUSSBAUM, Martha. *Poetic justice: the literary imagination and public life*. Boston: Beacon Press, 1995. 143p.

ORTIZ, Patricia; KHIN, Eindra Khin. Traditional a new media's influence on suicidal behavior and contagion. *Behavioural Sciences and the Law*, v. 36, p. 245-256, 2018.

PHILLIPS, David. The influence of suggestion on suicide: substantive and theoretical implications of the Werther effect. *American Sociological Review*, v. 39, p. 340-354, 1974.

PIRKIS, Jane et al. Media guidelines on the reporting of suicide. *Crisis*, v. 27, p. 82-87, 2006.

POSNER, Richard. *Law and literature*. 3. ed. Cambridge: Harvard University Press, 2009. 592p.

RORTY, Richard. *Contingency, irony, and solidarity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. 201p.

SAFRANSKI, Rüdiger. *Goethe: life as a work of art*. Trad. de David Dollenmayer. New York: Liveright, 2017. 688p.

SCHÖNEGGER, Philipp; WAGNER, Johannes. The moral behavior of ethics professors: a replication-extension in German-speaking countries. *Philosophical Psychology*, v. 32, p. 532-559, 2019.

SHECAIRA, Fábio. A importância da literatura para juristas (sem exageros). *Anamorphosis – Revista Internacional de Direito e Literatura*, v. 4, n. 2, p. 357-377, 2018. Doi: <http://dx.doi.org/10.21119/anamps.42.357-377>.

SHECAIRA, Fábio. *Direito e Literatura*. Curitiba: Alteridade, 2019. 158p.

STACK, Steven. Copycat effects of fictional suicide: a meta-analysis. In: STACK, Steven; LESTER, David. *Suicide and the creative arts*. New York: Nova, 2009. p. 231-243.

SUTHERLAND, John. *Uma breve história da literatura*. Trad. de Rodrigo Breunig. Porto Alegre: L&PM, 2017. 311p.

SWALES, Martin. *Goethe: the sorrows of young Werther*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. 116p.

THORSON, Jan; ÖBERG, Per-Arne. Was there a suicide epidemic after Goethe's Werther? *Archives of Suicide Research*, v. 7, p. 69-72, 2003.

WEST, Robin. Economic man and literary woman: one contrast. *Mercer Law Review*, v. 39, p. 867-878, 1988.

Idioma original: Português

Recebido: 04/05/19

Aceito: 29/12/19